

oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

12.3. A autoridade competente que preside o Órgão e que for apresentado o pedido de revisão decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

12.4. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

I- por escrito;

II- dentro do prazo;

III- pelo órgão competente;

IV- por quem seja legitimado;

V- pessoalmente, mediante protocolo.

12.5. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

12.6. Na hipótese de sua admissibilidade, o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFMG.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

13.2. O candidato aprovado no Concurso regido por este Edital poderá ser aproveitado por outros órgãos da Administração Pública Federal, respeitados os interesses da UFMG e a ordem de classificação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ

EDITAL Nº 567, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base no Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, nos termos da Portaria Normativa Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30/04/07, publicada no DOU de 02/05/07, da Portaria Normativa Interministerial MEC/MPOG nº 08, de 26/08/08, publicada no DOU de 27/08/08 e da Nota Técnica nº 01/2007/DEDES/SESU/MEC, de 03/08/07, em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, resolve tomar público que, consoante o prazo abaixo especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga da Carreira de Magistério Superior, na Classe de PROFESSOR TITULAR, lotada nesta Universidade e destinada ao DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA SOCIAL E PREVENTIVA da FACULDADE DE ODONTOLOGIA, de acordo com a seguinte discriminação:

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Quadro 1 - Quadro de especificação da vaga

Número de vaga	01 (uma)
Área de conhecimento	Clinica Odontológica e Saúde Coletiva e Epidemiologia e Biotécnicas em Saúde
Regime de trabalho	Dedicação Exclusiva
Título	Doutor em Saúde Coletiva ou áreas afins
Perfil do candidato	O candidato deverá ser cirurgião-dentista e demonstrar experiência e potencial para liderança nas áreas de Clínica Odontológica, Saúde Coletiva, Epidemiologia e Biotécnicas em Saúde; e experiência em ensino, pesquisa e extensão universitária, nos níveis de graduação e pós-graduação.
Inscrição	Período de inscrição: Até 120 (cento e vinte) dias a partir do 5º dia da publicação do Edital. Endereço: Secretaria Geral da Faculdade de Odontologia - sala 2926, Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - Belo Horizonte - Minas Gerais. CEP: 31270-901. Horário e telefone: Horário: das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00, nos dias úteis. Telefone: (31) 3409-2403
Endereço da página eletrônica onde constam o programa e demais informações referentes ao Concurso	www.odonto.ufmg.br
Tipos de prova	Prova de Títulos, Arguição de Memorial e Apresentação de Seminário. Escopo do Seminário: Avaliar a pertinência da abordagem a ser feita pelo candidato sobre os objetos centrais de reflexão e pesquisa nas áreas de conhecimento do Concurso.
Período de realização do Concurso/Datas prováveis para realização das provas	De 60 (sessenta) a 65 (sessenta e cinco) dias a partir do término das inscrições

2. DA VAGA

O Concurso visa ao provimento da vaga especificada no Quadro 1 deste Edital.

3. DA REMUNERAÇÃO

A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico, Retribuição por Titulação (RT) e Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS), conforme apresentada na Tabela abaixo:

Tabela referente à remuneração do Cargo

Classe	Regime	Remuneração
TITULAR	DE	RS11.755,05

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. O prazo de inscrição terá início a partir do 5º dia da publicação deste Edital.

4.2. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.

4.3. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

4.4. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

4.5. As inscrições deverão ser realizadas no local, horário e período especificados no Quadro 1 deste Edital.

4.6. Valor da taxa de inscrição: R\$ 293,88 (duzentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), paga no Banco do Brasil S/A, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, na Conta Única: 170500-8, Agência: 4201-3; Código: 153062152292883-7.

4.7. A inscrição somente será aceita mediante a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. Em hipótese alguma, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição será devolvido, salvo no caso de cancelamento do certame por conveniência da UFMG.

4.9. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) Termo de requerimento de inscrição devidamente preenchido;

b) Carteira de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de estrangeiro, documento de identificação;

c) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de candidatos estrangeiros;

d) Comprovante do pagamento ou da isenção da taxa de inscrição;

e) Sete cópias do curriculum vitae;

Os documentos comprobatórios deverão ser apresentados, em via única, com documentos numerados sequencialmente e, preferencialmente, na mesma sequência apresentada no curriculum vitae, até dez dias após a data final das inscrições.

f) Tema do Seminário;

g) Sete exemplares do Memorial.

4.10. O candidato portador de deficiência deverá, no ato da inscrição, informar a deficiência e se necessita de condições especiais para a realização das provas.

4.11. Em caso de inscrição por procuração, o procurador do candidato deverá apresentar documentação original de identificação civil, bem como fornecer seu endereço e telefone para contato.

4.12. O candidato inscrito receberá, juntamente com o Protocolo de Inscrição, cópia deste Edital, do programa integral do Concurso, da Resolução Complementar nº 02/2010, do Conselho Universitário, e de outros documentos e demais informações consideradas pertinentes pelo Diretor da Unidade, que deverão ser considerados parte integrante deste Edital.

4.13. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, das leis e regulamentos aplicáveis e das instruções específicas para o Cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.14. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade de informações prestadas no ato da inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, falhas ou omissões no preenchimento de qualquer campo necessário à inscrição.

4.15. A relação nominal dos candidatos inscritos será afixada no local de inscrição e divulgada na página eletrônica da Unidade, bem como do Departamento, se houver.

4.16. Os Requerimentos de Inscrição serão despachados pelo Diretor da Unidade, que decidirá sobre a aceitação de cada um deles, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao dia do encerramento das inscrições, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do artigo 5º da Resolução nº 02/2010.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 02/10/2008, o candidato poderá solicitar isenção da taxa de inscrição, declarando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.134, de 26/06/2007 e informando, no ato de inscrição, o seu Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

5.2. A isenção mencionada no item 5.1 deverá ser solicitada mediante requerimento, até o 5º dia útil após o início do período de inscrição, devendo ser encaminhada com documentação comprobatória.

5.3. A UFMG, por meio do Número de Identificação Social (NIS), procederá à consulta ao órgão competente, podendo o candidato ter seu pedido Deferido ou Indeferido, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 6.593/2008.

5.4. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 06/09/1979.

5.5. O resultado dos pedidos de isenção será divulgado oficialmente até dois dias úteis após o término do período previsto para o pedido de isenção, por e-mail dirigido ao candidato interessado.

5.6. O candidato que tiver o seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição conforme o disposto no item 4 deste Edital.

6. DO INÍCIO DO CONCURSO

6.1. O início do Concurso está indicado no Quadro 1 deste Edital.

6.2. Os candidatos serão convocados para a realização das provas, pessoalmente e por Edital, a ser fixado em quadro de avisos da Unidade, com antecedência mínima de quinze dias.

6.3. Será encaminhada a cada um dos candidatos inscritos, juntamente com a convocação pessoal, cópia da Portaria do Diretor da Unidade, designando os membros da Comissão Examinadora, cujos nomes serão previamente divulgados, como determinado no parágrafo único do artigo 13 da Resolução nº 02/2010, bem como cópia de eventual Portaria em que se especificarem alterações na composição da referida Comissão.

6.4. Considera-se convocação pessoal a que for encaminhada, com comprovante de postagem, para o endereço fornecido pelo candidato, no ato da inscrição.

6.5. O Concurso será iniciado mediante sessão pública de instalação da Comissão Examinadora, presidida pelo Diretor da Unidade ou autoridade competente.

6.6. Na sessão de instalação, a Comissão Examinadora:

I- escolherá seu Presidente, o qual escolherá o seu secretário, dentre os membros que a compõem;

II- apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas;

III- sorteará a ordem de participação dos candidatos nas provas, cuja realização não seja simultânea, ressalvado o disposto no artigo 35 da Resolução nº 02/2010.

7. DAS PROVAS

7.1. O Concurso compreenderá a realização de Provas e o Julgamento de Títulos, conforme especificado no Quadro 1 deste Edital.

7.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

7.3. O não comparecimento do candidato à sessão de abertura ou a qualquer uma das provas determinará sua eliminação do Concurso.

7.4. Serão públicas as sessões de realização de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário e de apuração final do resultado do Concurso.

7.5. É vedado ao candidato assistir à realização das provas dos demais candidatos.

7.6. Da Arguição de Memorial

7.6.1. A Arguição de Memorial consistirá em uma exposição escrita e oral pelo candidato, orientada por uma perspectiva crítico-analítica, sobre as atividades por ele desenvolvidas, que deverá conter todos os aspectos significativos de sua trajetória profissional ou acadêmica, podendo ser complementada, quando couber, por outros meios de expressão.

7.6.2. O Memorial deverá:

I) apresentar, de maneira organizada, a contribuição do candidato para cada uma das áreas em que sua atuação profissional ou acadêmica tenha sido relevante;

II) estabelecer os pressupostos teóricos e os marcos conceituais dessa atuação;

III) discutir os resultados alcançados;

IV) sistematizar a importância da contribuição realizada;

V) identificar os possíveis desdobramentos e as consequências dessa contribuição.

7.6.3. O candidato apresentará oralmente os aspectos que julgar mais relevantes em seu Memorial à Comissão Examinadora, que o ouvirá e avaliará:

I) a metodologia utilizada;

II) o domínio dos temas e ideias que tenham dado sustentação aos trabalhos desenvolvidos, com ênfase em sua contribuição para a área de conhecimento objeto do Concurso;

III) a contemporaneidade, extensão, profundidade e evolução dos conhecimentos do candidato na área objeto do Concurso;

IV) a pertinência, adequação e atualidade das referências bibliográficas utilizadas;

V) a relevância das atividades realizadas, bem como a contribuição científica, técnica ou artística do candidato para a área de conhecimento considerada;



VI) as experiências que revelem liderança acadêmica;
VII) a participação em programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como em atividade de administração universitária;
7.6.4. A avaliação da Arguição de Memorial será realizada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora para os quesitos relacionados nos incisos do § 2º do artigo 39 da Resolução nº 02/2010.

7.6.5. Na Arguição de Memorial será garantido ao candidato cinquenta minutos para a exposição do tema.

7.6.6. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato pelo tempo estabelecido no cronograma.

7.6.7. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no § 1º do artigo 40 da Resolução nº 02/2010 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.

7.7. Da Apresentação de Seminário

7.7.1. A Apresentação de Seminário consistirá em exposição oral pelo candidato sobre o tema informado no ato da inscrição, dentro do escopo definido pelo Edital, à qual se seguirá uma arguição pela Comissão Examinadora.

7.7.2. Na Apresentação de Seminário, a Comissão Examinadora avaliará:

I) o domínio e o aprofundamento do tema;

II) a atualização dos conhecimentos do candidato sobre o tema;

III) a relevância científica, técnica ou artística do tema;

IV) a capacidade do candidato de organizar e expor suas ideias com objetividade, rigor lógico e espírito crítico.

7.7.3. A Apresentação de Seminário será avaliada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora para os quesitos relacionados nos incisos do § 2º do artigo 41 da Resolução nº 02/2010, considerando a Classe de Magistério a que o Concurso se refere.

7.7.4. Na Apresentação de Seminário, o candidato, a seu critério, poderá utilizar até cinquenta minutos para a exposição do tema.

7.7.5. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato, pelo tempo estabelecido no cronograma.

7.7.6. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no § 1º do artigo 42 da Resolução nº 02/2010 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.

7.8. Da Prova de Títulos

7.8.1. A Prova de Títulos será avaliada segundo os critérios de análise de cada quesito, apresentados na tabela, constante da Resolução nº 02/2010, única para a UFMG, independentemente da área de conhecimento ou da Classe de Magistério da vaga submetida a Concurso Público.

Tabela dos valores, superior e inferior, da pontuação-máxima atribuível na avaliação de cada um dos quesitos da Prova de Títulos

Quesito	Faixa de pontuação-limite
Títulos acadêmicos	De 10 a 40
Experiência docente	De 15 a 40
Produção científica, técnica, artística e cultural na área	De 20 a 40
Administração acadêmica / experiência profissional não docente	De 10 a 40
Distinções	De 00 a 10

7.8.2. A Congregação estipulará o valor máximo de pontos para cada um dos quesitos a serem avaliados na Prova de Títulos, respeitando a respectiva faixa de pontuação-limite, estabelecida na Resolução nº 02/2010, e o total de cem pontos.

7.8.3. O valor máximo de pontos para cada um dos quesitos poderá ser estabelecido a cada Concurso, a critério da Congregação, quando for o caso.

7.8.4. O valor máximo estabelecido para cada quesito será divulgado até cinco dias antes do início das inscrições na página eletrônica da Unidade e do Departamento responsável pelo Concurso, se houver, e será entregue aos candidatos, no ato da inscrição.

7.8.5. A Comissão Examinadora do Concurso divulgará a todos os candidatos, antes do início da avaliação da Prova de Títulos, a Tabela de Pontuação-Limite, contendo o detalhamento dos critérios de análise de cada quesito e sua respectiva pontuação, respeitados os valores máximos de cada um, estabelecidos pela Congregação.

7.8.6. Os critérios de análise de cada quesito serão definidos pela Comissão Examinadora, considerando a Classe de Magistério a que o Concurso se refere.

8. DA ATRIBUIÇÃO DAS NOTAS

8.1. Cada Examinador, individualmente, atribuirá a cada um dos candidatos, em cada prova do Concurso, uma nota em número inteiro, numa escala de zero a cem pontos, observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Resolução nº 02/2010.

8.2. Sempre que julgar necessário, a Comissão Examinadora poderá reunir-se, para estabelecer critérios de uniformização do julgamento e de atribuição de notas.

8.3. Após a atribuição de notas aos candidatos, em todas as provas previstas para o Concurso, cada um dos Examinadores deverá:

I- ponderar a nota da Prova de Títulos com peso dois e a nota das demais provas com peso um;

II- calcular a nota final de cada um dos candidatos, mediante a extração das médias ponderadas das notas atribuídas a cada um deles;

III- classificar os candidatos pela seqüência decrescente das médias apuradas;

IV- colocar em envelopes individuais, que deverão ser lacrados e rubricados, as tabelas que contenham as notas, as médias e lista contendo a classificação de cada um dos candidatos, como previsto nos incisos anteriores.

8.4. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, caso ele seja inferior a cinco, e aumentando-o para o número subsequente, se for igual ou superior a cinco.

8.5. Ocorrendo empate, o desempate se dará, sucessivamente, pela nota atribuída pelos Examinadores, em cada prova, nesta ordem:

a) Prova de Títulos;

b) Arguição de Memorial;

c) Apresentação de Seminário.

9. DA APURAÇÃO DO RESULTADO

9.1. A apuração do resultado do Concurso será realizada em sessão pública.

9.2. Os envelopes lacrados, contendo as notas de cada um dos Examinadores, serão abertos, um a um, pelo Presidente da Comissão Examinadora, que lerá, em voz alta, o nome do Examinador, o nome do candidato, a identificação da prova, a nota atribuída, e a classificação obtida pelo candidato.

9.3. O Secretário da Comissão Examinadora anotará, em local visível a todos os presentes, as notas lidas pelo Presidente.

9.4. Concluída a leitura das notas, o Presidente da Comissão Examinadora verificará quais candidatos obtiveram, de três ou mais Examinadores, a média igual ou superior a setenta pontos, que serão considerados aprovados, enquanto os demais serão considerados reprovados.

9.5. Os candidatos aprovados serão classificados da seguinte forma: I- cada Examinador fará uma lista dos candidatos aprovados, em ordem decrescente de suas respectivas médias, considerados os critérios de desempate de acordo com o parágrafo 2º do artigo 45 da Resolução nº 02/2010, quando for o caso;

II- para cada Examinador, será considerado indicado aquele candidato que constar do topo de sua lista;

III- ficará classificado em primeiro lugar o candidato indicado pelo maior número de Examinadores;

IV- retirado das listas o candidato classificado em primeiro lugar, será classificado em segundo lugar o candidato que alcançar o maior número de posições no topo das listas dos Examinadores, dentre os candidatos remanescentes;

V- o mesmo procedimento acima será usado sucessivamente para todas as classificações, até o último candidato aprovado.

9.6. Na hipótese de ocorrer empate de notas, como critérios de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

9.6.1. tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabeleça a Lei nº 10.741/03 (Lei do Idoso), sendo considerado para esse fim, a data de realização das provas;

9.6.2. tiver a maior média aritmética simples das notas finais atribuídas pelos Examinadores;

9.6.3. tiver a maior média aritmética das notas atribuídas pelos Examinadores em cada prova, observado o disposto no artigo 45 da Resolução nº 02/2010;

9.6.4. tiver maior idade;

9.6.5. permanecendo ainda o empate, o desempate ocorrerá por sorteio a ser realizado publicamente, durante a sessão de apuração final do resultado do Concurso.

9.7. Após a promulgação do resultado, será elaborado o Parecer Final da Comissão Examinadora.

9.8. Concluídos os trabalhos e lavradas as atas, a Comissão Examinadora divulgará os resultados em sessão pública final, em horário e data que serão comunicados aos candidatos, durante a realização do Concurso.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

10.1. O Parecer Final da Comissão Examinadora, com resultado final do Concurso, será submetido, findo o prazo de recurso, à consideração da Congregação da Unidade.

10.2. Será publicado no Diário Oficial da União o Edital de resultado final do Concurso público, com a relação dos candidatos aprovados no certame, obedecendo aos limites estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, por ordem de classificação.

10.3. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/09, ainda

que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso público.

10.4. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do artigo 16 do Decreto nº 6.944/2009.

11. DA INVESTIDURA NO CARGO

11.1. A aprovação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFMG, mas apenas expectativa de direito à investidura, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

11.2. A posse do candidato aprovado observará o limite de vagas estabelecidas no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente para tal fim.

11.3. Sem prejuízo da documentação apresentada por ocasião da inscrição, o candidato nomeado e convocado deverá apresentar os seguintes documentos no ato da posse: a) Formulário de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física; b) Declaração quanto ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função públicos; c) Previa inspeção médica oficial; d) Comprovação, quando for o caso, de obtenção da nacionalidade brasileira ou do Visto Permanente; e) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de estrangeiro; f) Assinatura do Termo de Posse; g) Certificado de Igualdade e de Outorga do Gozo de Direitos Políticos, emitido pelo Ministério da Justiça, se português equiparado; h) Carteira de Identidade; i) Carteira de Trabalho e Previdência Social; j) Certidão de Nascimento ou Casamento; k) CPF; l) PIS ou PASEP, se já cadastrado; m) Grupo Sanguíneo e Fator Rh; n) Comprovação dos graus acadêmicos obtidos. Em se tratando de Título obtido em instituição estrangeira, será suficiente a comprovação de seu reconhecimento ou revalidação pela UFMG; o) Plano de trabalho.

11.4. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, por Junta Médica Oficial da UFMG.

11.5. A admissão do candidato far-se-á no Regime de Trabalho especificado para cada vaga, e segundo o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, Lei nº 8.112, de 11/12/90, e o disposto no Decreto nº 94.664, de 23/07/87.

11.6. A efetivação no regime de Dedicção Exclusiva estará condicionada à apresentação de plano de trabalho individual, aprovado pela Câmara Departamental própria e submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Se aprovado, será concedido inicialmente pelo período de 3 (três) anos, podendo ser renovado após a avaliação de desempenho. Tratando-se de candidato já ocupante de cargo pertencente ao quadro permanente desta Universidade, o regime de trabalho será mantido, caso o interessado apresente opção à CPPD.

11.7. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito, nos termos do artigo 41, "caput", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão objetos de avaliação pela Congregação da Unidade, posteriormente homologada pelo dirigente máximo da instituição.

11.8. A posse do candidato aprovado deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de seu provimento no Diário Oficial da União - DOU.

11.9. O candidato aprovado, depois de empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo máximo de quinze dias, contados da data da posse.

11.10. O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, contado a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990.

11.11. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do Concurso publicada no Diário Oficial da União.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso à instância imediatamente superior contra qualquer ato praticado por autoridade ou Órgão competente, por estrita arguição de ilegalidade.

12.2. Os recursos serão apresentados às seguintes instâncias, no prazo de dez dias:

I- à Congregação, contra o resultado do Concurso, contando-se o prazo a partir de sua divulgação na sessão pública;

II- ao Conselho Universitário, em última instância, contra a homo-



logação ou a anulação do Concurso, contando-se o prazo a partir de sua divulgação oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

12.3. A autoridade competente que preside o Órgão a que for apresentado o pedido de revisão decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

12.4. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

I- por escrito;

II- dentro do prazo;

III- pelo órgão competente;

IV- por quem seja legitimado;

V- pessoalmente, mediante protocolo.

12.5. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

12.6. Na hipótese de sua admissibilidade, o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFMG.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

13.2. O candidato aprovado no Concurso regido por este Edital poderá ser aproveitado por outros órgãos da Administração Pública Federal, respeitados os interesses da UFMG e a ordem de classificação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO
DA INFRA-ESTRUTURA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO CONVITE Nº 4/2011

A Comissão de Licitação da SIM/UFMG decide: Habilitar a empresa Matúma Engenharia e Serviços Ltda. por estar de acordo com as exigências do Instrumento Convocatório, no tocante a documentação, e Inabilitar as empresas Secominc Empreendimentos Ltda. e Maria de Souza Amaral e Silva, por estarem em desacordo com as exigências do Convite. Caso não haja interposição de recurso, a data de abertura da proposta será no sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às 14:00 no endereço mencionado no subitem 3.1 do Instrumento Convocatório.

ELIZABETH GONÇALVES BASTOS
Presidente da Comissão

(SIDE - 29/09/2011) 153267-15229-2011NE800062

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 2/2011

A Comissão de Licitação da Superintendência de e Manutenção da UFMG, decide: Classificar a proposta da empresa Thyssenkrupp Elevadores S/A por estar de acordo com as exigências do Edital definindo-a como vencedora do certame, segundo critério de único proponente em conformidade com o Edital, com o valor de R\$ 5.354.700,00 (cinco milhões trezentos cinquenta e quatro mil e setecentos reais)

ELIZABETH GONÇALVES BASTOS
Presidente da Comissão

(SIDE - 29/09/2011) 153267-15229-2011NE800062

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2011 UASG 153272

Nº Processo: 23072040429201152. Objeto: Projeto fHist. Festival de História: Festa do ofício e das artes de contar História. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Dar apoio ao Projeto - Festival de História Declaração de Dispensa em 28/09/2011. MARIA DAS DORES PIMENTEL NOGUEIRA GONÇALVES. Ordenador Despesa. Ratificação em 28/09/2011. EFIGENIA FERREIRA E FERREIRA - Pro-reitora de Extensão. Valor Global: R\$ 209.859,80. CNPJ CONTRATADA: 18.720.938/0001-41 FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.

(SIDE - 29/09/2011) 153254-15229-2011NE800269

FACULDADE DE MEDICINA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 11/2011 - UASG 153289

Nº Processo: 23072018361201125. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos, componentes e softwares de informática Total de Itens Licitados: 00026. Edital: 30/09/2011 de 08h00 às

11h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Av Alfredo Balena, 190 - Funcionários Santa Efigênia - BELO HORIZONTE - MG. Entrega das Propostas: a partir de 30/09/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/10/2011 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

SILVESTRE CAMPOS BARCELOS
Pregoeiro

(SIDE - 29/09/2011) 153289-15229-2011NE800064

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

EXTRATO DE CONTRATO DE ADESAO Nº 687/11

Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda CNPJ: 01.245.055/0001-24
Vigência: 29/09/2011 a 30/04/2012 Valor R\$ 28.320,00
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços do MTE, referente ao Pregão Eletrônico SRP 17/11 (aquisição de solução de tecnologia informatizada para implementação de registro eletrônico de frequência, por meio de sistema de ponto eletrônico).
Fonte: Site www.comprasnet.gov.br

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 64/2011

Comunicamos que o edital da licitação supra citada, publicada no DOU de 20/09/2011 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição parcelada de equipamentos médicos.
Total de Itens Licitados: 00002 Novo Edital: 30/09/2011 das 08h00 às 13h00. Endereço: Av. Alfredo Balena, 110 - Santa Efigenia Santa Efigênia - BELO HORIZONTE - MG. Entrega das Propostas: a partir de 30/09/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/10/2011, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ISAQUE DE OLIVEIRA SANTOS
Pregoeiro

(SIDE - 29/09/2011) 153261-15229-2011NE909691

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 52/2011

A pregoeira do HC/UFMG informa o resultado do julgamento das propostas do pregão n. 52/11(aquisição parcelada de água mineral sem gás, translúcida,sem resíduos), considerando os menores preços praticados no processo e que atende ao edital. A pregoeira informa o item:01 para Solange Moreira-ME; conforme termo de julgamento, anexo ao processo.

ELIANE APARECIDA MARTINS
Pregoeira

(SIDE - 29/09/2011) 153261-15229-2011NE909691

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Retificação do Anexo I do Edital Nº 1, de 15 de setembro de 2011 - UFOPA.

Considerando que as presentes informações corrigem erros materiais e não afetam o período de inscrição, os prazos permanecem inalterados, conforme publicação do Diário Oficial da União Nº 183, de 22 de setembro de 2011, seção 3, páginas 58 e 59:

- Onde se lê: No tema 05. Hidráulica, Hidrologia e Obras Hidráulicas, requisito para Assistente: "Doutorado na área de concentração", leia-se: "mestrado na área de concentração"

- Onde se lê: No tema 07. Gestão Ambiental, requisito para Adjunto: "Doutorado em Gestão Ambiental ou Ciências Ambientais.", leia-se: "Doutorado em Gestão Ambiental ou Ciências Ambientais ou áreas afins".

- Onde se lê: No tema 07. Gestão Ambiental, requisito para Assistente: "Mestrado em Gestão Ambiental ou Ciências Ambientais.", leia-se: "Mestrado em Gestão Ambiental ou Ciências Ambientais ou áreas afins".

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2011 UASG 153063

Nº Processo: 21365/2011. DISPENSA Nº 1209/2011 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ -CNPJ Contratado: 05572870000159. Contratado: FUNDACAO DE AMPARO E -DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Objeto: Prestação de serviços de apoio na execução do Projeto "Regularização Fundiária da Bacia do Paracuri". Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 30/09/2011 a 31/08/2012. Valor Total: R\$270.000,00. Fonte: 250157614 - 2011NE804289. Data de Assinatura: 29/09/2011.

(SICON - 29/09/2011)

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Processo: 22037/2011 Partes: Universidade Federal do Pará e Banco Santander (Brasil) S.A. Objeto: Promoção de esforços e o incentivo de intercâmbio de alunos de graduação, proporcionando a mobilidade de estudantes entre as Universidades participantes do Programa Santander Universidades "Bolsas Ibero-Americanas para estudantes de Graduação". Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Valor: R\$ 35.239,50. Vigência: 31/08/2011 a 31/12/2012. Foro: Justiça Federal Belém-Pa. Data da Assinatura: 31/08/2011.

Processo: 25957/2011 Partes: Universidade Federal do Pará e Banco Santander (Brasil) S.A. Objeto: Disciplinar as ações do Programa Fórmula Santander de Bolsas de Mobilidade Internacional", que tem como finalidade contribuir, por meio do intercâmbio de alunos de cursos da UFPA, para o desenvolvimento de suas respectivas formações. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Valor: R\$ 34.311,00. Vigência: 26/08/2011 a 31/12/2012. Foro: Justiça Federal Belém-Pa. Data da Assinatura: 26/08/2011.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1356/2011 UASG 153063

Nº Processo: 28973/2011. Objeto: Aquisição de material importado permanente da empresa RIEKER, com fechamento de cambio através do banco do Brasil CNPJ 00000000/000191. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Para atender ITEC, FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL com recursos do CNPQ Declaração de Dispensa em 29/09/2011. WILMA OLIVEIRA PORTILHO. Tec Secretariado. Ratificação em 29/09/2011. CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY. Reitor. Valor Global: R\$ 16.725,00. CPF CONTRATADA: . . . - 0 RIEKER INCORPO RATED.

(SIDE - 29/09/2011) 153063-15230-2011NE008070

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 35357/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Moju. Contratada: Universidade Federal do Pará. Objeto: Readequa o Plano de Trabalho do Contrato de Prestação de Serviços para a Realização do Curso de Especialização em "Informática Educativa (Moju-PA)". Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Foro: Justiça Federal Belém - Pa. Assinaturas: Iran Ataíde de Lima, pela Contratante, e Carlos Edilson de Almeida Maneschky, pela Contratada

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

EDITAL Nº 7 - COPERPS Retificação

A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS SELETIVOS (COPERPS), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará torna pública a retificação do Edital Nº 7- COPERPS, de 12 de setembro de 2011, publicado no DOU de 12/09/2011, seção 3 páginas 52, 53, 54, 55 e 56, referente ao Processo Seletivo 2012, nos seguintes itens:

a) no item 7.1, onde se lê: A prova será realizada no dia 4 (quatro) de dezembro de 2011; leia-se: A prova será realizada no dia 03 (três) de dezembro de 2011.

b) no item 2, adicione-se o subitem 2.13, e seus derivados, com a respectiva redação:

2.13 O candidato que apresente necessidade de atendimento diferenciado em relação ao horário de aplicação da prova (guardadores de sábados) deverá solicitá-lo, por meio de formulário específico disponível na página do CEPS (www.ceps.ufpa.br), no período de 30 de setembro a 14 de outubro de 2011.

2.13.1 O candidato que solicitar horário especial para realização da prova estará sujeito às mesmas regras a que estão sujeitos os demais candidatos, bem como às regras especiais ligadas à sua condição. Terão acesso ao local de prova de 13 às 14h, ficando em retiro, em sala previamente destinada a eles, a partir das 14h, até o horário de início da prova que se inicia às 18 horas e tem duração de 4 (quatro) horas.

2.13.2 O candidato que se recusar a seguir as determinações apresentadas pelos colaboradores do CEPS em relação ao horário especial de realização da prova será automaticamente eliminado PS UFPA 2012.

2.13.3 O candidato que não solicitar o atendimento especial como previsto no subitem 2.13 realizará prova no horário de 14 às 18h.

Belém, 29 de setembro de 2011.
MARLENE RODRIGUES MEDEIROS FREITAS
Pró-Reitora

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2011 UASG 158172

Nº Processo: 90261/2011. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial armada nos termos da Lei nº 7.102 de 20.06.83, alterada pelas leis 8863 de 28.03.94 e 9017 de 30.03.95, regulamentada pelos decretos nº 89.056 de 24.11.83 e 1592 de 10.08.95, bem como pelas portarias nº 387/2006-DG/DPF e DPF 891 DE 12.08.99, com a efetiva cobertura dos postos relacionados na tabela de locais em anexo nas dependências do HUIJBB e predios anexo, pelo período de 3(três)